

VACCEA 2016

ANUARIO



Universidad de Valladolid Facultad de Filosofía y Letras
Centro de Estudios Vacceos Federico Wattenberg

Núm. 10, octubre 2017

www.pintiavaccea.es

5 €

PINTIA CAMPAÑA XXVII

EXCAVACIONES EN LAS RUEDAS

CAJITAS VACCEAS

PRODUCCIONES VACCEAS

ZORITA-LAS QUINTANAS

CIUDADES VACCEAS

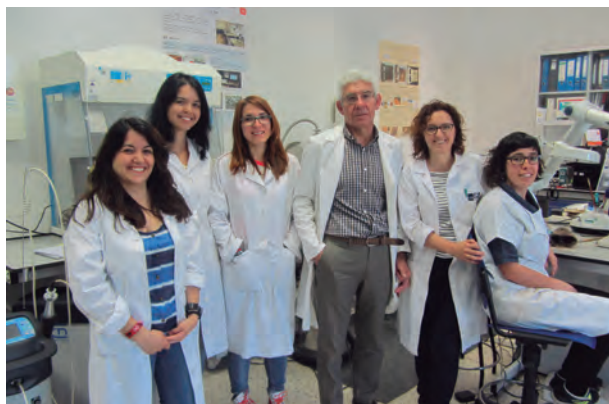
PREMIOS VACCEA

QUINTA EDICIÓN, 2016

PINTIA Y LAS PINZAS

HISTORIA DE UN TOPÓNIMO

UN BROCHE BUREBA INÉDITO



El equipo humano del SECYR de la UAM.

- Crear un servicio dotado de los mayores estándares de calidad y reconocimiento. En este ámbito, desde el año 2010 con la Certificación Nacional y Europea ISO-9001 por parte de AENOR, siendo en la actualidad el único laboratorio en España con una certificación para trabajos de conservación y restauración de bienes arqueológicos. Este nivel de excelencia se ha completado al hacerse integrado en la importante RED de Laboratorios de la Comunidad de Madrid, con el número 308, otorgándosele el más alto nivel de calificación (5), y siendo el único dedicado a la conservación de patrimonio arqueológico que tiene este máximo estándar.

- Aunar y optimizar esfuerzos e infraestructuras científico-técnicas dentro del Campus Excelencia Internacional UAM-CSIC, en conjunción con los otros servicios de apoyo a la investigación desde donde se gestionan los distintos análisis que se precisan para el estudio y conservación de los objetos arqueológicos. Por tanto, el SECYR es una dotación científica más dentro del entorno de alta calidad investigadora de la UAM, y que abunda en el objetivo de contar con un tal infraestructura singular en el seno de nuestra Universidad, ayudando a concentrar los esfuerzos, especialmente en lo referente a los servicios disponibles para la investigación arqueológica.

En definitiva, al día de hoy el SECYR se constituye como un centro interdisciplinar al servicio tanto de la propia comunidad universitaria donde se integra (UAM), como de todas las instituciones, empresas o clientes privados que así lo requieran para realizar investigaciones analíticas sobre materiales arqueológicos (cerámicos, metálicos, óseos, vítreos, pétreos, orgánicos, ...) así como intervenciones restauradoras o propuestas de conservación preventiva siempre con la tecnología más vanguardista y guiados por los más estrictos principios éticos internacionales. Desde estos presupuestos, los resultados obtenidos en los proyectos que hemos desarrollado a lo largo de estos 10 años han conseguido al SECYR ser considerado en la actualidad un centro de referencia nacional e internacional, y de manera concreta en la experimentación de técnica láser aplicada a la conservación-restauración de materiales arqueológicos, sobre todo en materiales metálicos, así como de hacer una transferencia inmediata de estos resultados en formación práctica para los alumnos de Postgrado y Máster. Con esta consciente implicación en la vertiente académica se cierra el círculo de un laboratorio que nace y se desarrolla en una institución académica del mayor prestigio como es la UAM.

Por tanto, en el momento de su constitución se quisieron llevar a efecto estos objetivos básicos:

- Crear un servicio de carácter público que atienda las necesidades cada vez mayores de cuidado de los bienes muebles e inmuebles que conforman el patrimonio arqueológico, especialmente en el entorno de nuestra Comunidad de Madrid, aunque no sólo en este espacio geográfico. Tampoco las CCAA limítrofes cuentan con servicios públicos como el que nosotros proponemos, y que por ello se podría convertir en un referente para éstas a la hora de encomendar y ejecutar proyectos de conservación y restauración.

- Crear un servicio de referencia nacional con la tecnología más innovadora que en la actualidad se aplica a la conservación y restauración del patrimonio arqueológico, que debería contar y cuenta con algunas infraestructuras científicas y equipamientos tecnológicos de los que no se disponga en ningún otro dentro de la Comunidad de Madrid. Por otra parte, en nuestra pretensión a la hora de formar este servicio, venía avalada por la experiencia de trabajo del equipo de la UAM en proyectos de I+D y especial en intervención de patrimonio arqueológico mueble durante más de 15 años.

Investigación y Divulgación Científicas

Discurso de LUÍS LUÍS, Fundação Côa Parque

Descoberta e conservação da arte rupestre

A primeira rocha gravada com motivos paleolíticos do Vale do Côa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda, Portugal) foi descoberta em Novembro de 1992, no decurso do processo de construção de uma barragem hidroelétrica.

Só passados dois anos depois este achado foi noticiado através de um jornal nacional. Iniciou-se então um debate nacional e internacional onde se discutia duas alternativas: a continuação da construção da barragem ou a preservação da arte rupestre. Entre os defensores da preservação contavam-se a comunidade científica e os alunos da escola de Vila Nova de Foz Côa, que defendiam a antiguidade e importância do achado, enquanto testemunho da primeira arte da humanidade e como motor para o desenvolvimento local e regional. Do lado dos defensores da barragem, defendia-se a importância do projeto e duvidava-se da antiguidade e real valor da arte.

A pressão popular e a necessidade de preservação deste património único motivaram o governo recém-eleito a suspender os trabalhos de construção da barragem e a determinar a realiza-



D. Luís Luís recibe el Premio Vaccea 2016 de manos de D. Carlos Sanz Mínguez, director del CEVFW.



Visita guiada ao núcleo de arte rupestre da Penascosa (fotografia: José Paulo Ruas).

mente ameaçada de destruição. A arte rupestre do Vale do Côa constituiu uma verdadeira “revolução copernicana” na arte paleolítica, contrariando a perspectiva, dominante até então, de que a mais antiga forma de expressão artística da humanidade consistia num fenómeno exclusivamente subterrâneo.

Para fazer face às dúvidas quanto à antiguidade da arte do Côa, iniciou-se um projeto de investigação científica do contexto arqueológico da arte paleolítica do Côa. No decurso desse projeto foi possível identificar um conjunto de jazidas arqueológicas com diferentes fases de ocupação humana, entre o Gravettense (c. 30.000 BP) e o Azilense (10.000 BP).

O maior avanço no conhecimento da arte e ocupação paleolíticas do Vale do Côa deu-se em finais de 1998, com a escavação da rocha 1 do Fariseu. À data da sua descoberta, esta verdadeira “Pedra de Roseta” encontrava-se parcialmente coberta por sedimentos, que, uma vez escavados, permitiram a identificação de um conjunto de níveis arqueológicos, datados de entre 11.000 e 20.000 anos antes do presente. A relação estratigráfica entre este painel e as camadas arqueológicas que o cobriam permitiu determinar que as suas representações datam de há mais de 20.000 anos. Datou-se assim arqueologicamente a mais antiga fase da arte do Côa, constituída por grandes sobreposições de cavalos, auroques, cabras e veados, gravados por picotagem e abrasão, que datará de há mais de 25.000 anos.

Nos níveis arqueológicos superiores, datados de entre 12.000 e 11.000 anos antes do presente, identificou-se um conjunto de 76 placas de xisto gravadas com motivos incisos estriados, com formas mais geométricas, representando sobretudo cervídeos. Estas representações de arte móvel servem como referente cronológico para a fase mais recente da arte paleolítica gravada nas superfícies verticais do vale, atribuída ao Azilense. Nos painéis do Vale do Côa identifica-se ainda outros motivos que não se integram em nenhuma destas fases e que deverão corresponder a uma ou mais fases Magdalenenses da arte da região.

Mas a arte rupestre do Vale do Côa não terminou no Holoceno, documentando-se também representações gravadas e pintadas a vermelho de diferentes fases da Pré-História Recente e sobretudo uma rica iconografia gravada da Idade do Ferro. Estas últimas representações contêm guerreiros armados de lanças, escudos e punhais, por vezes com cabeça de pássaro, associados a cavalos, cães, cervídeos, combatendo e caçando, relacionando-se com ideologias de poder e uma mitologia agonística. A representação rupestre do Côa chegou até ao século XX, com representações de motivos religiosos, como ostiários, cruzes e representações do quotidiano, como o barqueiro ou o comboio na ponte do Côa, gravados por jovens moleiros, entre os séculos XVII e XX.

A investigação arqueológica no Vale do Côa centra-se hoje em quatro linhas fundamentais. Em primeiro lugar, na prospeção arqueológica e na contínua identificação de novos painéis gravados. Conhece-se hoje um total de 1.238 rochas gravadas, 565 delas com motivos paleolíticos e 486 da Idade do Ferro, cujo número continua a aumentar. Em segundo lugar, prossegue-se a documentação, estudo e publicação dos painéis e motivos gravados, através do moroso trabalho de levantamento das representações artísticas. Em terceiro lugar, estuda-se as condições geológicas e ambientais que levaram à formação dos suportes rochosos e possibilitam a conservação das representações aí gravadas. Finalmente têm-se vindo a investigar o contexto paleolítico da arte, tendo-se inclusivamente identificado recentemente vestígios de ocupação humana da região anteriores da produção da arte datados do Paleolítico Médio. Este estudo visa não só conhecer as estratégias de ocupação da região, mas também estabelecer a ligação entre as representações artísticas e as sociedades que as produziram e usufruíram, não só no contexto local e regional, mas alargando esse estudo para as redes sociais que se estabeleceram entre as populações desta região e das regiões limítrofes, que vão desde a costa portuguesa até ao centro da Meseta Ibérica.

Divulgação e valorização da arte do Côa

Toda esta investigação científica tem sido a base que fundamenta todo o discurso pedagógico e museológico transmitido aos visitantes desde a abertura do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em Agosto de 1996. Foi então fundamental

ção de um relatório científico, que avaliasse a importância do achado. Esse relatório, apresentado em inícios de 1997, fundamentou a classificação, nesse mesmo ano, da arte do Vale do Côa como Monumento Nacional, a mais alta classificação patrimonial portuguesa.

Em finais de 1998, a UNESCO reconheceu o elevado valor patrimonial do Vale do Côa, ao inscrever o seu conjunto de arte rupestre paleolítica na lista do Património Mundial, argumentando que ela constitui “uma ilustração excecional do desenvolvimento repentino do génio criador na alvorada do desenvolvimento cultural humano” e demonstra “de forma excecional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade”.

Investigação científica da arte do Côa

Com esta classificação terminava o debate quanto à preservação imediata da arte rupestre do Vale do Côa, direta-

Descoberta de uma placa de arte móvel durante a escavação arqueológica do sítio do Fariseu (fotografia: José Paulo Ruas).



partilhar este património único, que havia motivado o fim da construção de uma barragem, tendo sido definido um sistema de visitas aos principais núcleos de arte rupestre. Da totalidade de núcleos de arte rupestre conhecidos foram escolhidos três dos mais significativos (Canada do Inferno, Penascosa e Ribeira de Piscos). As visitas a estes núcleos organizam-se a partir de dois centros de receção e do museu em viaturas todo-o-terreno, sempre acompanhadas por guias especializados. Estas visitas organizam-se durante o dia, mas também à noite, quando o controle da luminosidade permite melhores condições de visibilidade.

Previsto desde a candidatura da arte do Vale do Côa a Património da Humanidade, o Museu do Côa foi inaugurado em 2010, cuja exposição permanente apresenta e contextualiza a arte do vale, através de materiais arqueológicos, levantamentos e réplicas da arte rupestre. Trata-se de um verdadeiro museu de território, capaz de acolher facilmente um vasto conjunto de visitantes, mas que não substitui a visita às obras originais localizadas no fundo do Vale do Côa.

Para além das visitas guiadas ao museu e a o território, existe um serviço educativo que organiza atividades para crianças e famílias, salientando-se as oficinas de arqueologia experimental e dos pequenos arqueólogos.

O museu alberga ainda um conjunto variado de exposições temporárias relacionadas com a arte contemporânea (pintura, fotografia, escultura, instalação), estabelecendo-se assim uma ligação entre as primeiras produções artísticas humanas e a arte contemporânea.

A arte do Vale do Côa estabelece hoje uma ponte entre passado em presente, mas também entre povos. Património da Humanidade, ela foi realizada no final da Meseta Ibérica num tempo sem fronteiras, em que a costa ocidental peninsular se encontrava estreitamente ligada com o interior da meseta. Localizando-se junto à atual fronteira dos dois estados ibéricos, ele deverá ser também uma ponte entre ambos os povos.

As relações entre o Vale do Côa e a Meseta Norte são aliás atestadas pela investigação que temos vindo a realizar. Uma das fontes das matérias-primas utilizadas durante o Paleolítico superior no Côa localizava-se nos Montes Torozos. Por outro lado, a arte da Idade do Ferro do Côa estabelece uma relação próxima com a realidade Vaccea, nomeadamente entre a monomaquia da rocha 3 da Vermelha e o famoso punhal de *Pintia*.

Desde 1996 a arte do Côa já foi visitada por mais de 450.000 pessoas, das mais variadas nacionalidades. Passados mais de 20 anos da descoberta e preservação desta arte, o processo do Côa constitui um símbolo mundial da importância do património arqueológico para construção da nossa identidade coletiva, mas também da organização da sociedade civil na proteção dos mais elevados valores culturais. Apesar de todas as dificuldades, conseguimos preservar um património artístico e arqueológico único no Mundo da destruição imediata.

Para além de um reconhecimento do trabalho realizado pela Fundação Côa Parque na preservação, estudo e divulgação da arte rupestre do Vale do Côa, o Prémio Vaccea 2016, na categoria de *Investigación y Divulgación Científicas*, “por la realización y consolidación de un proyecto de investigación para la defensa y conservación de un lugar único, excepcional, Patrimonio de la Humanidad, y por su identificación con la comunidad en que se imbrica”, constitui um importante estímulo para continuarmos este trabalho.

Comunicación

Discurso de ISAAC MORENO GALLO

ABASTECIMIENTOS DE AGUA ROMANOS.

Nuevas perspectivas

Los romanos bebieron sólo de las mejores fuentes.

Sólo unos pocos acueductos, utilizaron acquerías en la canalización. Por lo tanto, sólo unos pocos son todavía visibles como vestigios. La mayoría de las canalizaciones fueron subterráneas, bien en zanja cubierta o por tubería. Esta va a ser la razón por la que hay tan poca información disponible sobre ellos. También existen dificultades en la identificación de las fuentes y de las captaciones de agua romanas, la mayoría de las veces, el origen del agua para el suministro no se conoce en absoluto. Los romanos buscaban el agua potable más adecuada, es decir, la que originalmente era la más clara, la más fría, recogida en las zonas altas, y de mejor sabor. Una vez captada, se insistía en mantener sus cualidades a toda costa, cubriendo los canales, evitando la luz solar, evitando el arrastre de sólidos mediante la reducción de la velocidad del agua, y eliminando el contacto con materiales erosionables.

Se puede observar que la situación de los manantiales, muchas veces, condiciona la posición de la ciudad, en función de su cota y distancia.

Normalmente, antes de construir una ciudad, el abastecimiento de agua potable tenía que estar garantizado. La ubicación exacta de la ciudad se decidió a menudo por la posibilidad técnica de la conducción de agua de calidad hacia ella.

El abastecimiento de agua de boca y la salubridad, en el mundo romano, era una cuestión política. Era tan esencial para el estilo de vida romano, que el abastecimiento de agua se planificaba incluso antes que



D. Isaac Moreno recibe el Premio Vaccea 2016 de manos de D. Javier Castán Lanasa, decano de la Facultad de Filosofía y Letras.